



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: perfil socioeconômico dos usuários do Centro Pop da região central de São Luís/MA

POPULATION IN STREET SITUATION: socioeconomic profile of users of the Pop Center in the central region of São Luís / MA

Marcia Fabiane dos Santos Nascimento¹

Maria do Socorro Sousa de Araújo²

RESUMO

No presente texto, analisamos o fenômeno da população em situação de rua como expressão da questão social, nos marcos das sociedades capitalistas. Enfatizamos que no Brasil, a ausência de dados oficiais sobre esse segmento, configura-se como uma lacuna que inviabiliza a quantificação exata dessas pessoas, o (re)conhecimento das suas demandas e a implementações de políticas públicas efetivas. Apresentamos resultados de uma pesquisa de campo que configura o perfil da população em situação de rua atendida pelo Centro Pop da região Central de São Luís/MA, realizada através de revisão bibliográfica e análise documental. Foram coletados dados da ficha cadastral de 549 usuários, correspondendo a 100% dos atendimentos realizados nos anos 2018 e 2019. Os dados demonstram que essa parcela da população em situação de rua é constituída, majoritariamente por homens, em idade produtiva, aptos para o trabalho, com baixa escolaridade, de raça/etnia negra, heterossexuais, oriundos, em sua maioria, de São Luís.

Palavras-chaves: População em situação de rua. Perfil socioeconômico. Centro Pop / São Luís/MA.

ABSTRACT

In the present text, we analyze the phenomenon of the homeless population as an expression of the social issue, within the framework

¹Assistente Social formada pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: marcia.fabianesn@gmail.com

² Assistente Social. Doutora e Mestre em Políticas Públicas. Professora lotada no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com exercício no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e no Curso de Graduação em Serviço Social/UFMA. E-mail: contato.socorro@gmail.com

of capitalist societies. We emphasize that in Brazil, the absence of official data on this segment is configured as a gap that prevents the exact quantification of these people, the (re) knowledge of their demands and the implementation of effective public policies. We present results of a field research that configures the profile of the homeless population served by the Pop Center in the Central region of São Luís / MA, carried out through bibliographic review and documentary analysis. Data were collected from the registration form of 549 users, corresponding to 100% of the consultations carried out in the years 2018 and 2019. The data show that this portion of the homeless population is made mainly of men, in working age, able to work, with low education, of black race / ethnicity, heterosexuals, mostly coming from São Luís.

Keywords: Homeless population. Socioeconomic profile. Pop Center / São Luís / MA

INTRODUÇÃO

Expressão da questão social, o fenômeno população em situação de rua é amplo, complexo e antigo. No entanto, é a formação contínua de uma superpopulação relativa nos marcos da produção capitalista que melhor explica a existência de pessoas em situação de rua na contemporaneidade. Assim, ao não ser absorvida pela produção capitalista, essa população é invalidada e subjugada, pessoal e socialmente.

No Brasil, um dos maiores desafios para o planejamento e implementação de políticas públicas para a população em situação de rua, é o fato de que o país não conta com dados oficiais atualizados sobre esse segmento populacional desde os anos 2007/2008, período que corresponde à realização da única Pesquisa Nacional até hoje realizada. Pesquisa essa, que em alguns aspectos pode ser, inclusive, questionada, pois, conforme Sousa (2012), a quantidade de indivíduos em situação de rua no país pode ser bem maior do que a divulgada, posto que é difícil quantificar/caracterizar não domiciliados em sua totalidade, por pelo menos duas razões. A primeira é a ausência de endereços fixos, o que faz com que haja deslocamentos constantes, sempre que necessário, por parte dessa população. E a segunda é a existência de uma grande mobilidade socioespacial por parte dessas pessoas, o que acarreta em oscilações na quantidade dessa população a depender da época do ano.

Ainda sobre a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, importa mencionar que ela foi realizada apenas em municípios de grande porte (com mais de 300 mil habitantes) e em capitais; isto é, áreas que mais concentram essa população.

Assim, de acordo com Sousa (2012), ao considerar somente essas regiões, excluíram-se indivíduos que pernoitam em locais isolados das cidades, assim como pessoas das cidades com menos de 300 mil habitantes. Desta forma, considerar esse “conjunto poderia representar uma diferença significativa nas estatísticas nacionais sobre essa população” (SOUSA, 2012, p. 61).

Diante do exposto e mediante a necessidade de informações atuais acerca da população de rua, o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), solicitou a inclusão dessa população no censo de 2020 ao IBGE. E visando atender à indicação do Ciamp-Rua, o IBGE, realizou um pré-teste no município do Rio de Janeiro, mas, ao final, apontou inúmeras dificuldades para inclusão desse segmento populacional no próximo Censo. (NATALINO, 2016)

Diante disso, torna-se fundamental a realização de pesquisas que visem quantificar a população em situação de rua nos municípios das mais diferentes regiões do país, bem como, traçar o perfil socioeconômico desse segmento, visando planejamento adequado e implementação de políticas públicas voltadas a essa população.

No presente artigo, apresentamos dados relativos ao perfil socioeconômico da população em situação de rua atendida pelo Centro Pop/Centro em São Luís³. Tais dados integram uma pesquisa mais ampla, que foi realizada com o objetivo geral de analisar a Proteção Social desenvolvida pela Política de Assistência Social a esse segmento populacional, adotando como referência empírica de análise o Centro POP/Centro em São Luís/MA, no que diz respeito à sua configuração, serviços prestados e perfil do público atendido; e, cujos dados originaram uma monografia de conclusão do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, particularmente, no tocante a identificação do perfil socioeconômico da população em situação de rua, realizamos revisão bibliográfica e análise documental, através da coleta de dados

³ Trata-se de um equipamento público voltado exclusivamente para o atendimento e acompanhamento das pessoas em situação de rua. Previsto no decreto n. 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro-POP), configura-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

provenientes das fichas de cadastro geral da população em situação de rua catalogada como usuária do Centro Pop/Centro em São Luís/MA, a partir do seu primeiro acesso na instituição, nos anos de 2017 e 2018.

Em São Luís existem dois Centro Pops. Contudo, a definição do Centro Pop do Centro como referência empírica de análise, deu-se em virtude de que essa referida Unidade de Referência é responsável pelo maior número de atendimentos às pessoas em situação de rua em São Luís, principalmente por estar localizado no centro da cidade, onde há maior concentração dessa população.

No referido período, foram realizados 549 atendimentos, tendo-se assim essa quantidade de fichas preenchidas pela equipe técnica de nível Superior – Assistentes Sociais e Psicólogos. Assim, realizamos a coleta dos dados de 100% do quantitativo aqui apontado.

Convêm destacar duas grandes dificuldades encontradas na realização desse levantamento. A primeira diz respeito à questão da pouca produção bibliográfica e de dados relacionados à população em situação de rua em São Luís, o que demonstra que esse segmento ainda continua *invisibilizado* no referido município. E a segunda, diz respeito ao fato de que as fichas de cadastro geral, utilizada para obtenção dos dados, consideradas instrumentais primordiais no atendimento à população em situação de rua – usuária do Centro POP/Centro em São Luís/Ma, não haviam sido preenchidas adequadamente pelos profissionais da equipe técnica do Centro Pop Centro, visto que, muitos campos foram desconsiderados, ou sejam, não continham informações, tais como orientação sexual, etnia, local de origem, atividade, entre outros. Esse fato impossibilitou a quantificação exata de muitos desses dados.

O presente texto não apresenta todos os dados coletados, em razão dos limites impostos a um artigo dessa natureza. Por essa razão, apresentamos somente informações relativas à faixa etária, nível de escolaridade, sexo, orientação sexual, etnia/raça, local de origem e existência de deficiência física.

objetivo deste artigo é apresentar parte dos resultados de uma pesquisa em andamento sobre “Envelhecimento e proteção social da assistência social: análise dos serviços socioassistenciais para as pessoas idosas”. Trata-se, ainda da pesquisa bibliográfica que posteriormente se somará a documental e a de campo.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: perfil socioeconômico dos usuários do Centro Pop – São Luís/MA

De início, apontamos a composição dos (as) usuários (as) do Centro Pop Centro por faixa etária, cujo dados revelam que, o maior grupo equivale a 37% da amostra, isto é, 198 usuários possuem entre 31 a 40 anos de idade; 28%, ou seja, 151 pessoas, possuem entre 21 a 30 anos; 25% possuem de 41 a 50 anos, correspondendo a 136 usuários. Os menores quantitativos equivalem a 8%, equivalentes a pessoas com idade entre 51 a 60 anos e 2% (13), constituído por usuários com idades entre 61 a 70 anos. Registramos que 10 das 549 fichas não continham essa informação.

No que se refere à faixa etária dos usuários do Centro Pop Centro, percebemos que ela segue a tendência da Pesquisa Nacional (2008), que identificou que a população adulta em situação de rua, encontra-se nas faixas etárias entre 25 e 44 anos, correspondendo a 53%. Se somarmos os maiores percentuais do gráfico 2, 37% (198), 28% (151) e 25% (136) teremos um total de 90% de pessoas em idade apta para o trabalho, num total de 485 usuários, com exceções⁴.

Todavia, a inserção das pessoas em situação de rua no mundo do trabalho torna-se ainda mais difícil em relação aos demais, em razão da ausência de documento de identificação, residência fixa e/ou carta de referência. Situação agravada pela ausência de escolaridade, profissionalização ou especialização, requisitos exigidos pelos mercados urbanos industriais.

Sobre isso, Santos (2009 apud HONÓRIO, 2016) observa que é possível que antes mesmo da situação de rua, os vínculos empregatícios estabelecidos no âmbito do trabalho já se encontrem fragilizados, sobretudo por esse segmento pertencer às esferas mais pobres da sociedade, em que é comum a baixa escolaridade e qualificação profissional.

Assim, com base em Silva (2009), é possível afirmar que os usuários, em idade produtiva, estão de fato à margem do mundo do trabalho, compondo, assim, a superpopulação/exército industrial de reserva relativa nos marcos da sociedade capitalista.

⁴ As exceções são pessoas que possuem a idade para o trabalho, mas não têm condições físicas para desenvolver uma atividade laboral.

Nesse sentido, cabe evidenciar que os dados da pesquisa apontam que 61% (324) dessas pessoas não concluíram o ensino básico; 15% (82) não completaram o ensino médio; e, que 15% (79) concluíram o ensino médio. Com os menores percentuais, tem-se: 6% (30) para pessoas que não foram alfabetizados e 3% (17) incluídos na categoria “outros”, compreendida por Semianalfabeto (1), com Ensino Médio Completo (2), Ensino Superior Completo (5), Ensino Superior Incompleto (8), Ensino Técnico (1). Registramos que das fichas analisadas, 17 não continham essa informação.

Dessa forma, depreendemos que grande parte dos usuários é alfabetizada (lê e escreve), todavia, não saiu do nível básico de ensino. Para Escorel (2000) a explicação para isso pode estar na interferência direta do trabalho precoce sobre o processo educacional, sendo o abandono escolar um dos resultados dessa interferência.

Espínola (2010), à luz de Brandão (1983), observa que esse fenômeno ocorre, principalmente, com indivíduos de nível socioeconômico mais baixo. Isso porque esses são obrigados a trabalhar para garantir seu sustento ou o sustento da família, não conseguindo conciliar trabalho e estudo, o que leva, na maioria das vezes, ao abandono da escola.

Para Hasenbalg e Silva (2003), o tempo de permanência na escola é um elemento significativo no processo de reprodução da desigualdade. Pois, para esses autores, quanto mais anos de estudo acumulados o indivíduo tiver, melhor pode ser sua posição no mercado, ao passo que, quanto mais cedo a escola for abandonada, menores serão as chances daquele na disputa pelas posições e recursos distribuídos pela sociedade.

Dessa forma, inferimos que a inserção precoce no mundo do trabalho pode ser uma das causas do abandono da escola por parte dos usuários do Centro Pop Centro, o que ajuda a explicar o baixo nível escolar daqueles, e, conseqüentemente, sua concentração no mercado informal de trabalho.

Escorel (2000) observa, no entanto, que a baixa escolaridade não é importante entre a população em situação de rua, que mesmo em um contexto precário, considera o simples saber ler com facilidade mais que uma qualificação, “o estatuto de um verdadeiro talento” (ESCOREL, 2000, p. 193).

Em relação ao percentual de homens e mulheres atendidos pelo Centro Pop Centro, os dados demonstram que o público masculino é equivalente a 85%, constituindo mais da metade do público atendido pela Unidade, ou seja, de 549

usuários, 465 são homens, enquanto 15% são do sexo feminino, isto é, tem-se um total de apenas 82 mulheres.

Tais dados também seguem a tendência da Pesquisa Nacional, que informa a predominância de 82% do sexo masculino. Para Silva (2009) isso ocorre por pelo menos duas razões. A primeira relaciona a taxa de desemprego estrutural à taxa de desemprego dos homens e a segunda diz respeito a fatores culturais.

A respeito dessa primeira razão, a referida autora observa que, a história e cultura brasileira, têm o homem como responsável pelo sustento da casa, definindo-o como chefe de família. Tal fato parece não ter mudado significativamente nos dias atuais, pois, “da mesma forma, aos jovens do sexo masculino, a partir dos 18 anos, é atribuída a tarefa de autossustento” (SILVA, 2009, p. 148), sendo que, o cenário de desemprego impede a concretização dessa tarefa. Assim, pressionadas por essa responsabilidade, essas pessoas adotam diversas estratégias para serem inseridas no mercado de trabalho, não logrando êxito na maioria das vezes. Com isso, “mudam de cidade ou mesmo saem de casa em decorrência das pressões que recebem, diante da impossibilidade de cumprir as tarefas que lhes são atribuídas” (SILVA, 2009, p. 148), o que pode explicar, em alguns casos, a vivência da situação de rua.

À respeito da segunda razão, Silva (2009) comenta que às mulheres, por sua vez, destinava-se o âmbito doméstico, privado, no qual tinham o papel de gerar e cuidar da casa e dos filhos, o que acarretou em formas de trabalho desiguais e opressão sexual, por exemplo, reproduzidos também na situação de rua.

Para Tiene (2004), esse lugar comum designado socialmente à mulher, parece se repetir de igual modo na rua, que é um espaço público. Essa autora observa que nas ruas, as mulheres reproduzem o machismo, adotam o padrão dos homens nas bebedeiras e uso de drogas. No entanto, em troca da proteção submetem-se sexualmente a esses e sofrem por isso, uma vez que a violência sexual impinge marcas profundas no físico e psicológico dessas mulheres.

Diante disso, depreendemos que o papel histórico e cultural designado às mulheres, aliado ao medo da violência sexual, muitas vezes as impede de optar pelas ruas como estratégia de sobrevivência.

Em relação à orientação sexual dos usuários do Centro Pop Centro, a pesquisa revelou a seguinte situação: 94% são heterossexuais, o que corresponde a 288 usuários,

enquanto 3% são bissexuais (10); mesmo percentual daqueles que se declaram homoafetivos (9). Das 549 fichas analisadas, 242 não tinham essa informação. Desta forma, salientamos que a quantidade de usuários LGBT do Centro Pop Centro pode ser maior⁵.

De acordo com Campos e Moretti-Pires (2018) as fobias de gênero⁶, guiadas pela heteronormatividade⁷, são as principais razões de conflitos familiares que precedem a ida de pessoas LGBT para as ruas. Assim, segundo Garcia (2013), não é incomum pessoas serem expulsas ou saírem de casa por apresentarem orientação sexual distinta da heterossexual.

Nesse contexto, a comparação entre a população LGBT domiciliada e a não domiciliada permite a constatação de uma dupla rejeição dessa segunda, sobretudo pela situação que vivencia, apesar da violência contra essa minoria ser justificada pelo mesmo discurso (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018).

Campos e Moretti-Pires (2018), nessa linha de considerações, observam ainda que comparadas à população de rua heterossexual, a LGBT é a mais suscetível à violência física e sexual, ao uso de substâncias psicoativas, à discriminação, ao maior número de parceiros sexuais e à realização de atividades sexuais em troca de alimento, droga, abrigo e/ou dinheiro.

No que se refere à etnia/raça, a pesquisa revela que 57% (283) dos usuários se identificam como pardos; 25% (124) como negros e 15% (73) como brancos, sendo que apenas 3% (13) se declararam indígenas. Com isso, tem-se um quantitativo substancial de negros (pardos e pretos), que soma um total de 82%. Das 549 fichas analisadas, 56 não tinham essa informação.

De igual modo, a Pesquisa Nacional identifica a majoritariedade dos negros na composição da população em situação de rua, com um total de 67% (pardos e pretos). Observando ainda composição populacional do Maranhão, constatamos que 76,2% é

⁵ A existência dessa grande quantidade de fichas que não dispunham dessa informação, pode indicar uma espécie de resistência de alguns profissionais, responsáveis pelo atendimento e preenchimento da ficha de cadastro geral, em buscar essa informação, o que impede o real quantitativo das pessoas em situação de rua que assim se autoidentificam. Essa realidade pode evidenciar, assim, a discriminação mascarada sofrida por esse segmento durante o atendimento na Unidade.

⁶ De acordo com Coelho (2017), a fobia de gênero advém do discurso político-religioso da “Ideologia de gênero” que cria obstáculos aos direitos sexuais e reprodutivos das chamadas minorias, constituída tanto por mulheres quanto por pessoas LGBT.

⁷ Termo utilizado para descrever situações de discriminação/marginalização/perseguição contra orientações sexuais que não a heterossexual.

constituída de autodeclarados pretos ou pardos, sendo, portanto, a terceira maior população de negros do Brasil, ficando atrás somente do Pará (76,8%) e da Bahia (76,3%) (SILVA; GOES, 2013).

Segundo Nogueira (2017) a raça é uma variável central presente na reprodução das desigualdades sociais, acima de tudo quando se considera o racismo como prática social ideológica ligada aos brancos, que têm seus privilégios mantidos em detrimento da negação de direitos aos negros.

Nesse sentido, Madeira e Gomes (2018) sublinham que a população negra do país, desde a escravidão, “tem sido subjugada, violentada e criminalizada [...] para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas” (p.464). Observam ainda que as relações étnico-raciais foram historicamente silenciadas no Brasil por uma falsa harmonia legitimada pelo processo de miscigenação e da democracia racial. E, a ideia da democracia racial esconde a verdadeira realidade ao afirmar que os negros usufruíram de oportunidades e foram integrados à cultura e comunidade brasileira, o que contribui para a legitimação da estrutura de desigualdade, discriminação e opressões raciais percebidas no cotidiano. Nesse contexto,

Diferentemente do que se possa pensar, o Brasil, mesmo caracterizado como país pluriétnico, não conseguiu evitar a permanência de grandes disparidades sociais na renda, em inserção qualificada no mercado de trabalho, educação, expectativa de vida e outros indicadores revelados por agências de reconhecimento, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), entre outras (ANDREWS 2016 apud MADEIRA; GOMES, 2018).

O retrato das desigualdades sociais e raciais brasileiras pode ser acompanhado pelos indicadores educacionais, econômicos, sociais e políticos. No que se refere à educação, por exemplo, o Ipea (2017, p. 02) apresenta, a partir da taxa de analfabetismo, um contraste racial considerável. De acordo com esse instituto, “em 2015, entre as mulheres com quinze anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%. Entre os homens, a distância é semelhante”.

Em relação ao tempo de estudo, o contraste entre cor/raça também pode ser notado, como demonstram os seguintes dados:

Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com doze anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com doze anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase quatro vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. (IPEA, 2017, p. 2).

Segundo Madeira e Gomes (2018), por motivos coloniais, a população negra ainda tem encontrado dificuldades de seu ampliar seu nível de escolaridade, “e, quando assim o faz, não tem se traduzido em melhor qualificação no mercado de trabalho” (MADEIRA; GOMES, 2018, p. 472).

Nesse sentido, comungamos com Madeira e Campos (2018), as quais consideram ser as vulnerabilidades vivenciadas pelos negros produtos da história criminosa da escravidão, em que “a educação é um dos mais poderosos determinantes de desigualdades e hierarquia social” (ANDREWS, 2015 apud MADEIRA; CAMPOS, 2018, p. 10).

No que se refere ao local de origem dos usuários do Centro Pop Centro, os dados mostram que 47% (231) dos usuários da Unidade são provenientes da região metropolitana de São Luís⁸, enquanto 27% (136) dos usuários são provenientes do interior do estado e 25% (125) são oriundos de outros estados, sendo apenas 1% (4) natural do exterior. Das 549 fichas analisadas, 53 não tinham essa informação.

Dessa forma, é possível afirmar que a maior parte dos usuários do Serviço Especializado da Unidade Centro é oriunda do mesmo local em que se encontra, ou mesmo de locais próximos, não sendo, portanto, pessoas advindas do processo de migração campo-cidade majoritariamente, como acontecia de maneira bem clara há alguns anos.

Silva (2009), comenta que “no que se refere à origem das pessoas em situação de rua, é cada vez menor o número de pessoas provenientes de outros estados e também da área rural” (p. 152), o que significa que a população em situação de rua contemporânea é fruto dos problemas urbanos ocasionados pelo capitalismo, como o aprofundamento do desemprego, das desigualdades sociais e da pobreza.

⁸ De acordo com o site do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, a região metropolitana de São Luís compreende 13 municípios, quais sejam: Alcântara, Bacabeira, Icatu, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar, São Luís, Axixá, Cachoeira Grande, Morros e Presidente Juscelino. <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-da-grande-sao-luis-ma/>

No que diz respeito a existência de usuários que possuam algum tipo de deficiência, os dados indicam que 80% (309) não possui nenhum tipo de deficiência, tendo-se, portanto, 20% (76) com algum tipo de deficiência. Das 549 fichas consultadas, 164 não continham essa informação.

Consoante Sasaki (2003) são pessoas com deficiência aquelas com significativas diferenças, quais sejam: físicas, sensoriais ou intelectuais. Essas diferenças podem ser congênitas ou adquiridas, de caráter permanente, e que provocam dificuldades ou incapacidades em sua relação com o meio físico e social.

Segundo o IBGE (2010), em censo realizado para caracterizar a população com deficiência de acordo com a tipologia (física/motora, visual, auditiva, intelectual), identificou-se que 24% da população brasileira possuía pelo menos uma das deficiências elencadas. Paiva e Bendassoli (2017) asseveram que esse número pode aumentar, haja vista que na velhice muitos problemas de saúde causam deficiência, “de modo que na faixa populacional acima de 67 anos a incidência das deficiências aumenta” (PAIVA; BENDASSOLLI, 2017, p. 425).

Ao referirem-se ao assunto, Satow e Heloani (2003) observam que, no país, o número de pessoas com deficiências adquiridas é cada vez maior, o que pode ser explicado em parte pela grande incidência de acidentes no trabalho, no trânsito, pela falta de infraestrutura de saúde e de prevenção em saúde, e ainda pelo aumento da violência.

CONCLUSÃO

Pesquisas como essa são fundamentais para configuração dessa população, uma vez que essa é constituída, por um grupo populacional heterogêneo, composta por indivíduos que possuem em comum a pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados ou rompidos; que não possuem moradia convencional regular, bem como, emprego formal. Trata-se de pessoas e de grupos, que vivem da/na rua, “habitando” vias públicas, casarões abandonados, praças e sobrados, e/ou fazendo uso ocasional de abrigo público para pernoitar, os quais necessitam ser (re)conhecidos socialmente e um dos primeiros passos para esse reconhecimento é justamente o conhecimento de quantas são essas pessoas, quem são, qual a idade delas, nível de escolaridade, sexo, orientação sexual, etnia/raça, locais de origem e se possuem algum tipo de deficiência.

A pesquisa demonstrou que a população usuária do Centro Pop do centro da cidade de São Luís é constituída predominantemente por homens, em idade produtiva, que na sua maioria, está à margem do mercado formal de trabalho, tendo essa situação aguçada pelo fato de que a grande maioria possui baixa escolaridade. São pessoas que se declaram heterossexuais em sua maioria, sendo necessário destacar que na ficha cadastral, o campo sobre a orientação sexual não foi preenchido em muitas fichas cadastrais, caracterizando uma incompletude que indica que pode haver um número muito maior de pessoas homoafetivas, bissexuais.

No que diz respeito as configurações de raça/etnia, os dados demonstram a existência de quantitativo substancial de negros (pardos e pretos), que, juntos, somam um total de 82%. Em sua maioria, são pessoas oriundos da cidade de São Luís, da região metropolitana, ou de municípios próximos, configurando-se como expressão dos problemas urbanos ocasionados pelo capitalismo, como o aprofundamento do desemprego estrutural, das desigualdades sociais e da pobreza. Tais dados, que permitem uma caracterização preliminar dessa parcela da população de rua existente em São Luís (MA), podem contribuir com outros levantamentos que venham a ser realizados em âmbito local, estadual ou nacional e devem subsidiar ações voltadas para esses homens e mulheres, considerando as suas particularidades.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. A. de; MORETTI-PIRES, R. O. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC) em 2016. *In Estudos Feministas*. Santa Catarina, v. 26, n. 2, p. 1-16, 2018.

COELHO, F. M. F. “**Menino já nasce menino, menina já nasce menina**”: Fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação Brasileiro no período de 2012-2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2017.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: Moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. *In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da Rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139 – 171.

ESPÍNOLA, F. A. L. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino médio**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Guarabira, Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

GARCIA, Roberto Vieira. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. *In Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p.1005-1019, 2013.

HASENBALG, Carlos. SILVA, Nelson Valle. (org). **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Toobooks, 2003.

HONORIO, L. R. O. **Fatores que contribuem para a reincidência da população em situação de rua**: estudo de caso no centro de referência especializado para população em situação de rua (Centro Pop) no município de Araranguá/SC. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Educação, Direitos Humanos: escola, vivência e defesa de direitos) – Araranguá, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015**. Brasília, DF: IPEA, p. 1-5, 2017. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/170306-retrato-das-desigualdades-degenero-raca.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *In Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 17 set. 2019.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2016.

NOGUEIRA, Fábio. Governo Temer como restauração colonialista. *In Le Monde Diplomatique Brasil*, Rio de Janeiro, ano 10, ed. 114, p. 4-5, jan. 2017.

PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLI, P. F. Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência. *In Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 418-429, 2017.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

SATOW, S.; HELOANI, J. R. Algumas considerações sobre os portadores de deficiência. *In Educação online*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 1-11, 2003.

SILVA, T. D.; GOES, F. L. Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, 2013.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, A. G. L. **“Eu sou de rua, mas também sou gente”**: intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11303>. Acesso em: 24 mar. 2019.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora na Rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.